

Ata nº 6/2020

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, os vereadores Gelso Soares de Brito, Gilmar Lopes de Souza, Isabel de Oliveira Elias, José Sérgio de Carvalho, Jucimar Borges da Silveira, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. A Presidente solicitou ao secretário Gelso que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Na sequência a Presidente deu as boas-vindas ao senhor Paulo Alexandre dos Santos, vereador do Município de Fortaleza dos Valos e Presidente da Ascamaja, e ao senhor Marcos, Assessor de Imprensa. Posteriormente o secretário fez a leitura da Ata nº 5/2020 que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. O secretário fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 59/2020 – Encaminha o Projeto de Lei nº 2603/2020 e Mensagens Retificativas. O secretário fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2597, de 06 de fevereiro de 2020 – Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 8.771,02 (oito mil setecentos e setenta e um reais e dois centavos) e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2598, de 07 de fevereiro de 2020 – Estabelece o lançamento de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, desconto para pagamento em parcela única, parcelamento e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. Projeto de Lei do Executivo nº 2599, de 11 de fevereiro de 2020 – Autoriza a contratação emergencial temporária, por tempo determinado, na forma do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões

com Mensagem Retificativa. O secretário fez a leitura da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei. A Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2599/2020, com a respectiva Mensagem Retificativa, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Projeto de Lei do Executivo nº 2600, de 11 de fevereiro de 2020 - Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar processo seletivo simplificado e contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões com Mensagem Retificativa. O secretário fez a leitura da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei. A Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2600/2020, com a respectiva Mensagem Retificativa, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2601, de 12 de fevereiro de 2020 – Autoriza o Poder Executivo municipal a criar um cargo na categoria funcional de Professor de Matemática alterando o artigo 3º da Lei Municipal nº 265/1990 e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Projeto de Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2020 – Dispõe sobre as Audiências Públicas de que trata o art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. Na sequência o secretário fez a leitura da Indicação nº 1/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – Progressistas - Sugere ao Poder Executivo que destine R\$ 80.000,00 do recurso oriundo da Cessão Onerosa do Pré-Sal para reforma do ginásio da localidade do Capão Grande, a vereadora defendeu sua indicação. Estão baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2603, de 21 de fevereiro de 2020 - Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar processo seletivo simplificado e contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos

do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências; e Projeto de Lei do Legislativo nº 4, de 20 de fevereiro de 2020 - Altera o art. 5º da Lei Municipal nº 2363, de 14 de março de 2018, que regulamenta e fixa valores a serem pagos a título de diárias aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Jacuí. Na Tribuna Parlamentar o vereador José Sérgio fez cobranças ao Secretário de Obras em relação à iluminação pública na cidade e interior do Município, José Sérgio também lamentou o acidente fatal ocorrido no feriado de Carnaval que vitimou membros da família Janh, as quais residiam no município de Segredo. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e dez minutos, a Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: